SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATA DA SESSÃO SOLENE, EM 27 DE MARÇO DE 2007 - TERÇA-FEIRA

PRESIDÊNCIA DO MINISTRO Ten Brig Ar HENRIQUE MARINI E SOUZA

Presentes os Ministros Olympio Pereira da Silva Junior, Carlos Alberto Marques Soares, Flavio Flores da Cunha Bierrenbach, José Coêlho Ferreira, Max Hoertel, Valdesio Guilherme de Figueiredo, Marcos Augusto Leal de Azevedo, Flávio de Oliveira Lencastre, José Alfredo Lourenço dos Santos, Antonio Apparicio Ignacio Domingues, Rayder Alencar da Silveira e Sergio Ernesto Alves Conforto.

Presente a Procuradora-Geral da Justiça Militar, Dra. Maria Ester Henriques Tavares.

Presente a Secretária do Tribunal Pleno, Sonja Christian Wriedt.

Às 16h25, havendo número legal, o Exmo. Sr. Ministro-Presidente Ten Brig Ar HENRIQUE MARINI E SOUZA declarou **aberta a Sessão Solene destinada à posse da Dra. MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA no cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar**, nos termos do artigo 84, inciso II do RISTM, a qual foi nomeada por Decreto de 07/03/2007, publicado no Diário Oficial da União nº 46, de 08/03/2007, em decorrência de vaga aberta pela aposentadoria do Ministro Dr. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA.

Tiveram assento à mesa da Presidência, o Exmo. Sr. Gen Ex JORGE ARMANDO FELIX, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, representando o Presidente da República, a Exma. Sra. Ministra CARMEM LÚCIA ANTUNES ROCHA, representando a Ministra-Presidente do Supremo Tribunal Federal e a Exma. Sra. Procuradora-Geral da Justiça Militar, Dra. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES.

Presentes à cerimônia o Exmo. Sr. Dr. BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS, representando a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República; o Exmo. Sr. Secretário Nacional de Justiça, Dr. ANTONIO CARLOS BISCAIA, representando o Ministro da Justiça; o Exmo. Sr. Dr. MURILO MARQUEZ BARBOZA, representando o Ministro da Defesa; o Exmo. Sr. Dr. JOSÉ ANTÔNIO DIAS TÓFFOLI, Advogado-Geral da União; o Exmo. Sr. Dr. ILMAR GALVÃO, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal; o Exmo. Sr. Senador EDUARDO MATARAZZO SUPPLY; a Exma. Sra. Senadora SERYS MARLY SLHESSARENKO; o Exmo. Sr. Gen Ex RENALDO QUINTAS MAGIOLI, representando o Comandante do Exército; o Exmo. Sr. Ten Brig Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS, representando o Comandante da Aeronáutica; o Exmo. Sr. Ministro FERNANDO GONÇALVES, representando o Ministro-Presidente do Superior Tribunal de Justiça; a Exma. Sra. Dra. CLÉA ANNA MARIA CARPI DA ROCHA, representando o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; os Exmos. Srs. Ministros aposentados Ten Brig Ar CHERUBIM ROSA FILHO, Dr. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES e Gen Ex EXPEDITO HERMES REGO MIRANDA, ex-Presidentes do Superior Tribunal Militar; o Exmo. Sr. Ministro ALOYSIO SILVA CORRÊIA DA VEIGA, representando o Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; o Exmo. Sr. Ministro RAIMUNDO CARREIRO, representando o Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União; o Exmo. Sr. Dr. EDUARDO FLORES VIEIRA, Defensor Público-Geral da União; os Exmos. Srs. Dr. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, Dr. EDUARDO VICTOR PIRES GONÇALVES e Alte Esq DOMINGOS ALFREDO SILVA, Ministros aposentados do Superior Tribunal Militar; a Exma. Sra. Dra. ADRIANA LORANDI, Vice-Procuradora-Geral da Justiça Militar; o Exmo. Sr. Dr. JOSÉ CARLOS

COUTO DE CARVALHO, Subprocurador-Geral da Justiça Militar aposentado; a Exma. Sra. Desembargadora NEUZA MARIA ALVES DA SILVA, representando a Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; a Exma. Sra. Dra. FLÁVIA SIMÕES FALCÃO, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; o Exmo. Sr. Dr. ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; a Exma. Sra. Dra. ESTEFÂNIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Distrito Federal; o Exmo. Sr. Dr. CARLOS AUGUSTO CARDOSO DE MORAES REGO, Juiz-Auditor Corregedor da Justiça Militar da União; os Exmos. Srs. Drs. ZILAH MARIA CALLADO FADUL PETERSEN, EDMUNDO FRANCA DE OLIVEIRA, ELI RIBEIRO DE BRITO e SAFIRA MARIA DE FIGUEIREDO, Juízes-Auditores da Justiça Militar da União; o Exmo. Sr. Dr. GIOVANNI RATTACASO, Procurador da Justiça Militar; a Exma. Sra. MARIA PLACIDINA DE AZEVEDO BARBOSA ARAÚJO, Juíza-Auditora Substituta da Justiça Militar da União; as Exmas. Sras. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ e IONE DE SOUZA CRUZ, Promotoras da Justiça Militar; os Exmos. Srs. Drs. ALEXANDRE LOBÃO ROCHA e ALESSANDRA FONSECA CARVALHO, Defensores Públicos da União; elevado número de Oficiais Superiores, Advogados, familiares e convidados.

Dando início à solenidade, o Ministro-Presidente convidou os Exmos. Srs. Ministros Alte Esq RAYDER ALENCAR DA SILVEIRA e Gen Ex SERGIO ERNESTO ALVES CONFORTO para acompanharem a entrada da Dra. MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA no Plenário.

Tendo a empossanda ingressado no Plenário, o Ministro-Presidente convidou-a a prestar o compromisso de posse, na forma do § 2º do artigo 8º do RISTM.

O Diretor-Geral da Secretaria deste Tribunal procedeu à leitura do Termo de Posse da Exma. Sra. Dra. MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA, que foi assinado pelo Ministro-Presidente e pela empossanda.

O Ministro-Presidente, em seguida, declarou a Exma. Sra. Dra. MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA empossada no cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Tendo prestado o compromisso legal e sido empossada no cargo de Ministro desta Corte, a Exma. Sra. Ministra MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA foi admitida no Quadro Ordinário, da Ordem do Mérito Judiciário Militar no grau de Grã-Cruz, na forma do artigo 21, letra “d” do respectivo Regulamento, tendo sido agraciada pelo Presidente do Conselho e Chanceler da Ordem, e incluída, como membro nato, no Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar.

Dando seqüência à cerimônia, o Ministro-Presidente convidou a Exma. Sra. Ministra MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA a ocupar sua cadeira no Plenário, na conformidade do artigo 63, inciso II, do RISTM.

O Ministro-Presidente concedeu a palavra a Exma. Sra. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, Procuradora-Geral da Justiça Militar, que, em nome do Ministério Público Militar, assim se manifestou:

“Excelentíssimo Sr. Ministro HENRIQUE MARINI E SOUZA, Presidente deste Tribunal;

Excelentíssimo. Sr. Gen Ex JORGE ARMANDO FELIX, Ministro de Estado representando a Presidência da República;

Excelentíssima Sra. CARMEM LÚCIA ANTUNES ROCHA, Ministra do Supremo Tribunal Federal, representando a Ministra-Presidente; nas pessoas de quem eu cumprimento todas as autoridades civis e militares presentes e permito-me ainda na pessoa da Ministra CARMEM LÚCIA que nos honra com sua presença, cumprimentar e homenagear todas as mulheres presentes à cerimônia, neste mês em que se comemora o “Dia Internacional da Mulher”.

Toda vez que nos reunimos para celebrar a posse de um novo membro desta Corte, além dos cumprimentos de boas-vindas, no íntimo de cada um de nós há sempre a esperança de uma saudável renovação, de uma brisa de novas idéias, de um novo olhar sobre o Direito.

Embora as decisões desta Casa estejam em constante evolução, evidentemente, um novo membro, com a sua história e experiência de vida, sempre vai acrescer o seu ponto de vista à história deste Tribunal. No dia de hoje, a chama da renovação se traduz no ingresso da primeira mulher no quadro de ministros desta Casa de Justiça. Obviamente, não trará ela apenas as suas experiências profissionais. Por trás disso haverá sempre um olhar sob a ótica feminina.

Nós mulheres sabemos das lutas que travamos ao longo da história para vencer preconceitos e conseguir o reconhecimento do nosso valor na sociedade. Durante muito tempo fomos observadoras da história da humanidade e até algumas décadas atrás não tínhamos direito a voto. Isso sem dizer que há alguns séculos não éramos sequer contadas como parte da população.

Na área jurídica não foi diferente. Somente em 1990, tivemos, no Brasil, a primeira nomeação de uma mulher para a composição de um tribunal superior, a Dra. CNÉA CIMINI MOREIRA DE OLIVEIRA, para o Tribunal Superior do Trabalho, tendo sido ela também a segunda mulher, no mundo, a ocupar um cargo dessa natureza.

Durante o período em que permanecemos apenas como observadoras e ouvintes adquirimos bastante sabedoria, exercitamos a paciência e afiamos a intuição. Tais predicados traduzem a importância da presença de mulheres em todos os segmentos da sociedade, principalmente na área de Direito, que, em última análise, é o alicerce da paz social.

O Supremo Tribunal Federal e os demais tribunais superiores já contam com mulheres em sua composição.

Também o MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, em 2002, 82 anos após a sua criação, teve o privilégio de ter pela primeira vez uma mulher como Procuradora-Geral, a Exma. Sra. Dra. ADRIANA LORANDI, que hoje muito nos honra com a sua presença nesta solenidade.

Só faltava ao mais antigo e tradicional tribunal superior do país, o Superior Tribunal Militar, que completará 200 anos em 2008, ter uma ministra em sua composição. E, por uma coincidência muito feliz, isso acontece em um mês muito especial, o mês em que se comemora o “Dia Internacional da Mulher”.

Por isso, esta posse de hoje é especialmente significativa, não só pelo fato de ser a da primeira ministra desta Corte, mas também por ser a Exma. Sra. MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA, dona de uma vastíssima bagagem cultural e excelentes qualidades.

Seu belíssimo e extenso currículo inclui mestrado em Ciências Jurídico-Políticas na Universidade Católica Portuguesa, doutorado em Direito Constitucional na Universidade Federal de Minas Gerais, diversos artigos e livros publicados.

Com essa erudição, aliada à sensibilidade feminina, estamos certos de que abrilhantarás as decisões desta Corte, trazendo uma nova ótica sobre as questões que envolvem o Direito Penal Militar.

Se, sem dúvida alguma, a judicatura exige bom senso, ética, conhecimento do Direito e coragem, a escolha da Ministra Elizabeth foi muito feliz, pois possui ela todos esses requisitos, ombreando-se com as grandes mulheres que fazem parte da judicatura nacional.

Ministra Elizabeth, V. Exa. será a inspiração de muitas mulheres. É grande a sua responsabilidade, mas temos certeza de que se haverá muito bem.

Nós do MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR formulamos votos de muito sucesso e realizações nesta nova carreira, e pode V. Exa. contar com a nossa instituição, para alcançarmos, cada vez mais, a verdadeira Justiça, que é o objetivo maior da nossa vida.

Bem-vinda, Ministra, seja muito bem-vinda.

A seguir, o Exmo. Sr. Ministro-Presidente concedeu a palavra a Sra. CLÉA MARIA CARPI, que, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, manifestou-se como a seguir transcrito:

“Excelentíssimo Sr. Presidente desta Casa, Ministro Henrique Marini e Souza;

Excelentíssimo Sr. Gen Ex JORGE ARMANDO FELIX, representando aqui o Presidente da República;

Caríssima Ministra CARMEM LÚCIA ANTUNES ROCHA, representando a Ministra-Presidente do Supremo Tribunal Federal, que saiu dos braços da OAB para o Supremo Tribunal Federal;

*Peço **vênia** para representar aqui a todas as autoridades presentes na pessoa da nossa querida Ministra empossanda e homenageá-la nesse momento; estimados colegas advogados, colegas advogadas, meus senhores e minhas senhoras.*

É com emoção que aqui me encontro, trazendo a voz e a representatividade da Ordem dos Advogados do Brasil, por delegação do colega Presidente Cezar Britto, nesta cerimônia de posse da Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, peregrina vinda de outras paragens, tendo, porém, o mesmo solo a semear a Justiça e o mesmo caminho na busca da efetivação do Direito.

Esta solenidade tem um sentido histórico, transcendental, entrelaçando acontecimentos plenos de significado, como ramos da videira: a pessoa singular e culta de V. Exa., Ministra Maria Elizabeth, que pioneiramente chega a este Superior Tribunal Militar, rompendo o casulo de 200 anos com a sua presença, e o momento que passa o Brasil, a firmeza de um povo que enfrentando toda a dificuldade, a carência que perpassa o seu dia-a-dia, acolhe sempre a esperança.

Na Bíblia há uma parábola que envolve o homem prudente e o homem imprudente. O que constrói a morada sobre a rocha e o que reside sobre a areia. Ao pensar em saudá-la, a primeira imagem que me veio foi essa lição de prudência e a relacionei com o seu nome, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha. Nem sempre o nome revela a pessoa, mas aqui se evidencia uma feliz coincidência com a missão de que V.Exa. está imbuída: a de edificar a Justiça.

A base dessa edificação começa pela firmeza de propósitos e ideais da pessoa através do caminho já trilhado. E o caminho de V. Exa. bem mostra os ideais que a norteiam. Palmilhou diversos estágios profissionais e seu alentado currículo retrata o firme e continuado propósito para que Justiça seja a plenitude da lei, na realização do bem comum: advogada atuante, procuradora federal, permeando com o magistério universitário. Doutora em Direito Constitucional, com intensa participação em congressos, conferências e seminários, integrando diversas bancas examinadoras. Orientadora de mestrados, portadora de valiosa produção científica, abrangendo inúmeras áreas do Direito, são alguns marcos de sua profícua atuação.

A presença de uma Ministra nesta Corte, altamente capaz e dotada de tantos predicados, faz-nos lembrar a longa caminhada que as mulheres empreenderam, especialmente a partir do século 19, perpassando pelo século 20 e chegando ao limiar do século 21, para começarem a ascender aos postos das mais diversas atividades: social, política, econômica e jurídica.

Muito embora a Carta constitutiva das Nações Unidas de 1945 tenha estabelecido a igualdade de direitos de homens e mulheres, e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos, sem distinção de sexo, religião e cor, reiterados sempre nos documentos internacionais posteriores, continua a mulher em situação de desigualdade nas legislações internas e no contexto social e político, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento.

Reconhecendo essa grave situação e ao mesmo tempo a importância da participação ativa, equânime e completa da mulher para o desenvolvimento e a paz mundiais, a ONU proclama em 1975 o “Ano Internacional da Mulher”, cujo ápice ocorre com a primeira Conferência Mundial realizada no México. Na ocasião, promulga-se a Década da Mulher (1976-1985) e a implementação do chamado Plano de Ação, tendo como eixo: igualdade, desenvolvimento e paz. Igualdade, não só no sentido jurídico - exercício de direitos, ou fixação de responsabilidades - mas também o acesso aos recursos e à possibilidade de participar das decisões nos diversos níveis. O desenvolvimento abrange o crescimento e o melhoramento de todos os aspectos da vida humana, aproveitando-se, ao máximo, os recursos econômicos e materiais, com o aperfeiçoamento social. E a paz será obtida com a eliminação das desigualdades e com o desenvolvimento. Em outra conferência, foram acrescentados: educação, trabalho e saúde.

Não é demais lembrar que a Segunda Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, consagra a integralidade e a indivisibilidade dos direitos humanos e sua inter-relação com a democracia e o desenvolvimento, expressando, pela primeira vez, de forma direta, que os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais.

Mas o que ocorre na realidade brasileira? Ela apresenta indicadores bem distintos: de um lado, índices econômicos, alardeados pelo Governo como

alentadores; de outro, indicadores sociais que retratam as precárias condições de vida da população, com reflexos profundos na estrutura familiar, atingindo primeiro as mulheres e as crianças, pois são elas as que sofrem com mais intensidade os processos de recessão e do desemprego.

A Ordem dos Advogados não poderia deixar de falar, neste momento, sobre a trajetória desta Casa que remonta à instalação da Corte Portuguesa em nosso País, culminando com a segunda Constituição Republicana que a incluiu, com os Tribunais e Juízes Militares, na estrutura do Poder Judiciário da Nação.

Como afirmou recentemente o Presidente da OAB, Cezar Britto, quando da posse do Presidente e do Vice-Presidente desta Casa, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Henrique Marini e Souza, e o Dr. José Coêlho Ferreira, a advocacia brasileira e esta Corte têm uma longa convivência, algumas vezes tensa e conflituosa, mas, invariavelmente rica e pontuada pela História. Nela, mesmo nos mais duros momentos do período autoritário, em que o Direito costuma ser a primeira vítima, o culto à Justiça jamais foi negligenciado. Aqui, a advocacia sempre foi ouvida. Por paradoxal que pareça, nos mais conturbados tempos do regime militar, esta Corte era um dos raros espaços institucionais em que os excessos autoritários encontravam algum limite.

É de registrar-se que também participa desta Corte o advogado. E sua presença nos conduz à reflexão sobre o papel exercido pelo mesmo nas sociedades democráticas e definido pelo jurista Alfredo Colmo como o primeiro juiz da causa. De outra parte, a relevância da advocacia, como importante instrumento na administração da Justiça, está proclamada na Constituição, em seu art. 133, decorrência natural da imprescindibilidade atribuída à função do advogado e à responsabilidade dos que exercem esse ministério. Não é por outro motivo que Calamandrei afirma ser o advogado dotado de supersensíveis antenas de justiça.

A OAB, cumprindo sua destinação histórica e institucional, ao defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de Direito, os direitos humanos e a justiça social, oferece, hoje, ao país, proposta de mudanças nos sistemas eleitoral e partidário, iniciativa tomada com outras entidades da sociedade civil, cujo anteprojeto já remeteu à apreciação do Congresso Nacional.

*Destacam-se, entre outras medidas, o financiamento público de campanha, a fidelidade partidária, a proibição de troca de legendas num mesmo mandato, a revogação popular de mandatos eletivos (**recall**) e a redução para quatro anos do mandato dos senadores.*

Também aguarda a OAB sejam finalmente aprovados, no Congresso Nacional, dois projetos de lei por ela apresentados, e que se destinam a tornar efetivas as manifestações da soberania popular, consagradas no art. 14 da Magna Carta: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular legislativa.

Algumas vozes têm-se manifestado, equivocadamente, com a possibilidade de utilização dos institutos do plebiscito e do referendo, instrumentos de realização plena da vontade popular, esquecendo-se de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Como bem esclarece Fábio Konder Comparato, será possível que não aceitemos o fato elementar de que, numa democracia, é o povo que constitui o Poder Legislativo, e não o contrário?

*Na afirmação precisa de V. Exa., Ministra Maria Elizabeth, o **referendum** e plebiscito constituem, indiscutivelmente, mecanismos jurídicos assecuratórios da democracia.*

Distinguida Ministra Maria Elizabeth.

Ao encerrar, vem-me à lembrança um poema de Maria Carpi sobre o trabalho do semeador, onde se observa, com rara felicidade, a imagem da semente com o provimento da Justiça. Diz a poeta:

*“Aprende com a semente o preceito justo
e com o semeador a distribuí-lo.
O semeador antes da árvore da lei,
lavra a terra e a escuta, atento
às precisões da grei, com a resposta.
O semeador labuta e a semente põe passos.
O semeador dispersa o grão da esperança
e a semente colhe o bem comum, de fruto.”*

Prosseguindo, o Ministro-Presidente concedeu a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Gen Ex VALDESIO GUILHERME DE FIGUEIREDO, para saudar, em nome do Tribunal, a nova Ministra da Corte:

*“Excelentíssimas Autoridades já nominadas,
Senhoras, Senhores,
Cara Ministra Maria Elizabeth,*

Na nossa vida ocorrem fatos agradáveis, desagradáveis e, às vezes inusitados, particularmente, quando a competência profissional torna as pessoas destacáveis no âmbito da sociedade. Como dito num programa de televisão, prego que se destaca leva martelada!

Recentemente, vivemos nós, seus amigos, a situação inusitada da divulgação de pretensa autodeclaração, num noticioso, sobre sua posição política.

Inusitado, porque, presume-se, estarmos vivendo um Estado democrático de Direito, onde as pessoas têm a liberdade de escolher a ideologia de sua simpatia, mesmo que não seja a desejável para quem faz a crítica, e, também, de unir-se em matrimônio a brancos, pretos, católicos, evangélicos, deficientes físicos, socialistas, comunistas, fascistas e quaisquer outras opções de crença e coloração religiosa ou política. Afinal, onde está a tão propalada democracia?

Inusitado, porquanto sua atividade profissional não lhe convinha militar em partido político de qualquer coloração. Absurdo, portanto, particularmente, agora, na qualidade de magistrada, quando somos impedidos de exercer atividade político-partidária, e quando a discricção e a sobriedade são convenientes para resguardar o julgamento.

O Gen MAX, eu e nossas respectivas famílias, seus vizinhos que fomos durante vários anos, tivemos inúmeros contatos sociais e profissionais e nesses, pudemos constatar a fidalguia do casal e a saudável convivência com a família militar, nela perfeitamente integrados.

Querida BETH,

Saudá-la em nome dos ministros desta Corte, para mim, é uma honra sem tamanho e desejo agradecer ao Ministro-Presidente a excepcional oportunidade que me foi dada.

Os seus elevados conhecimentos, somados à não menos elevada cultura jurídica dos ministros togados, certamente elevará a representatividade e o conceito do Superior Tribunal Militar, particularmente entre seus alunos universitários de Direito.

Por outro lado, sua já antiga convivência com a vida castrense através das atividades de seu marido, facilitará a compreensão da necessidade de preservar, a todo custo, a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas.

Seu reconhecido equilíbrio, certamente manterá no nível o sabre que sustenta os pratos da balança da Justiça e dará a Cesar, o que é de Cesar, ou seja, realizar o isento julgamento do réu, sem descuidar-se da proteção da sociedade brasileira tão ameaçada pela insegurança pública.

Dispomos de um Código Penal Militar que não deve ser substituído pelo Código Penal Comum, a não ser por omissão do primeiro. Os princípios que visam dar agilidade à Justiça Comum, nem sempre se aplicam à Justiça Militar da União, prestes a comemorar seus duzentos anos, sempre buscando a celeridade nos julgamentos, uma vez que a hierarquia e a disciplina, bens tutelados por esta Justiça Especializada, não podem esperar pela resposta a seu desrespeito.

Você está ingressando no mais antigo tribunal brasileiro, nascido com a chegada da família real ao Brasil.

Oriunda da tradicionalmente cristã família mineira, invoco a proteção de Deus, para que sua estada aqui seja cercada de muita felicidade e realização pessoal, para o bem da sociedade brasileira e das Forças Armadas.”

Agradecendo as homenagens prestadas, a Exma. Sra. Ministra Dra. MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA assim se pronunciou:

“Excelentíssimo Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, JORGE ARMANDO FELIX, nesta posse representando o Excelentíssimo Sr. Presidente da República, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA;

Excelentíssimo Sr. Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar Ten Brig Ar HENRIQUE MARINI E SOUZA;

Excelentíssimos Srs. Ministros, Desembargadores e Juizes do Poder Judiciário, eu os cumprimento na pessoa da Excelentíssima Sra. Ministra CARMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA, do Supremo Tribunal Federal;

Excelentíssimos Srs. Ministros de Estado recebam a minha saudação na pessoa do Excelentíssimo Sr. Ministro da Advocacia-Geral da União, JOSÉ ANTÔNIO DIAS TÓFFOLI;

Excelentíssimos Srs. Senadores e Senadoras, às quais eu salvo e felicito na pessoa da Excelentíssima Sra. Senadora SERES que está aqui presente;

Excelentíssima Sra. Procuradora-Geral do Ministério Público Militar, MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES;

Excelentíssima Sra. Dra. CLÉA CARPI DA ROCHA, representando o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; demais autoridades presentes, meus amigos, alunos e familiares, senhoras e senhores.

Inicialmente, agradeço a saudação do meu querido amigo de tantos anos, General Valdesio Guilherme de Figueiredo, cujo apoio e o estímulo me foram fundamentais.

Agradeço igualmente as palavras generosas proferidas pela Exma. Senhora Procuradora-Geral do Ministério Público Militar e pela Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, palavras as quais, no exercício da função judicante, procurarei corresponder.

Emocionada, recebo neste ato solene a investidura no cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Ingresso na vaga destinada aos advogados sucedendo o ilustre Ministro Antonio Carlos de Nogueira, um nobre magistrado que honrou a toga e dignificou esta Corte.

Confesso minha comoção em exercer a relevante missão cívica e republicana da judicatura como a primeira mulher a tomar assento na mais antiga Justiça do Brasil, que contempla o país com dois séculos de história.

Não falhou o meu destino. Esta cadeira, para mim, representa mais do que o coroamento de minha carreira profissional, ela ecoa a ação irradiadora de meu pai e avô, que fizeram jus ao grande título de glória dos advogados, o de serem combates valorosos em favor dos ideais da Justiça e da liberdade.

A Advocacia Mineira não os esqueceu e nem eu, tampouco, como não esqueci suas lições de vida em defesa dos humildes, dos excluídos e necessitados, no anonimato do foro cível ou no fragor das tribunas criminais.

Herdei do meu pai a formação democrática e a coragem da resistência. Com ele aprendi a dialética e o debate que cerca os operadores do Direito na luta pelo predomínio do pensamento sobre a aristocracia da força. Rui Barbosa escreveria na Oração aos Moços, “para o coração não há passado, nem futuro, nem ausência. Ausência, pretérito e porvir, tudo lhe é atualidade, tudo presença”.

*Vivo hoje, portanto, o meu passado e o meu presente. Quanto ao meu futuro, empenharei meu maior e melhor esforço para dedicar-me à causa da Justiça e contribuir para a grandeza desta instituição, cuja pujante trajetória sempre prestigiou o Estado Democrático Brasileiro em corajosas decisões ao longo da História, a exemplo da concessão do **habeas corpus** a Luís Carlos Prestes e João Mangabeira desafiando o Tribunal de Exceção do Estado Novo ou da instituição do Direito de Petição como sucedâneo do **writ** constitucional à proteção da liberdade quando o Ato Institucional nº 5 o suprimiu. Tamanha força moral reflete a altivez deste Pretório, luminosa síntese do jurisdicismo com a Justiça do Comandante. Grandioso é, portanto, o meu desafio. Inspira-me, nesta nobre função dois grandes mestres que fazem cintilar a cultura jurídica nacional*

pelo ornato de seu perfil moral aliado à primorosa inteligência, os Ministros Ilmar Galvão e Marco Aurélio, com quem eu tive o privilégio de aprender quando fui, de ambos, assessora na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Inspira-me, outrossim, os grandes juristas, Paulo Bonavides, Jorge Miranda, José Alfredo de Oliveira Baracho e Friedrich Mueller, exemplos de erudição e seriedade acadêmica, professores devotados que dedicaram suas vidas a lançar luzes sobre o ideário da legitimidade, referência para a Justiça e a equidade.

Von Ihering afirmaria que a luta pelo Direito é a meta do homem como instrumento referencial de sua dignidade.

Pressuposto da convivência comunitária, o homem que a abandona permite que valores essenciais sejam aniquilados. Ao Poder Judiciário, cabe o facho de iluminar com o ideal do jurisdicismo os caminhos da nacionalidade. A preeminência da Judicatura estabelece os limites da onipotência do Estado, desarmando-o. Conforme Montesquieu sugeriu, “a natureza de uma República reflete o espírito de suas leis”. Se para ele a separação dos poderes afigurava-se como a melhor forma de governar, o judicialismo constituía-se na primeira salvaguarda dos regimes políticos democráticos.

Neste sentido, advogados e militares caminham lado a lado.

Ouvi de um amigo querido, o Ministro Flavio Bierrenbach, que nossa Constituição entre artigos, incisos, alíneas e parágrafos deve conter cerca de mil disposições normativas, contudo, a palavra Pátria aparece apenas uma única vez, no art. 142 dedicado às Forças Armadas, guardiãs dos Poderes Constitucionais. Não seria incoerente afirmar que os militares, com os quais eu desfruto de um longo e respeitoso convívio por força do meu laço conjugal, e os advogados em muito se assemelham, por espelharem a projeção dos diversos segmentos da sociedade e constituírem um núcleo de resistência permanentemente em guarda, num compromisso que inspira a agregação do Estado com a cidadania.

O que são os advogados, senão guerreiros profissionais, que têm no foro o campo de batalha? Contestam, impugnam, replicam, treplicam e recorrem até esgotar as derradeiras oportunidades nos combates que se prolongam, empenhados a todo instante em alcançar vitória.

Sobre os advogados diria Jefferson: “constituem uma singular espécie da raça humana: humildes demais para ter protegidos; altivos demais para ter protetores”.

O que dizer, então, das advogadas? Mulheres que travaram embates e lutas exitosas emprestando dimensão maior à igualdade de gênero.

De Berta Lutz a Maria da Penha, significativas foram as conquistas do movimento feminino evidenciada na Nova Ordem Legal cujos propósitos atualizadores operaram mudanças substanciais na situação jurídica da mulher.

Certo é que, longa é ainda a trajetória para a plenitude da isonomia, mas o compromisso ético-jurídico da sociedade brasileira com a igualação entre homens e mulheres, imperativo constitucional e paradigma da equidade, já ganhou dimensão maior na consciência coletiva da Nação.

Resta-me, alfim, agradecer. Agradecer a todos aqueles que me ampararam nos momentos de dificuldades e que em mim depositaram confiança sem hesitação. Lamentavelmente, não posso expressar, neste momento, meu

agradecimento a cada um em particular, pois extensa é, para a minha felicidade, a relação dos amigos inestimáveis. Porém, não posso me furtar de fazer uma referência especial a alguns deles, em nome dos quais exprimo meu reconhecimento aos demais.

Agradeço, primeiramente, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela honrosa indicação de meu nome a esta vaga que ora me emposso, e à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, nas pessoas dos senadores Adelmir Santana e Eduardo Matarazzo Suplicy, aqui presentes que me são tão caros, pela unanimidade da aprovação com que me distinguiram.

Agradeço, em especial, a Delcimar Martins Pires, Swedenberger Barbosa, Gilberto Carvalho, Apolinário Rebelo, Sérgio Rabello Tamm Renault, José Antônio Dias Toffoli e Paulo Roberto Thompson Flores, pelo apoio decisivo e a solidariedade que me dedicaram, jamais esquecidos.

À minha mãe, Magdala, tão amada, que por razões de saúde não pôde estar presente nesta cerimônia. Faltam palavras a qualquer filho para expressar seu amor às mães. A elas devemos não apenas a vida, mas a existência. Agradeço a minha mãe, todos os dias de minha vida por seu devotamento a mim e ao meu irmão, por seu amor incondicional, pela força de seu caráter e a generosidade de sua alma. A ela, dedico esta minha vitória, porque, mais do que a mim, é a minha mãe que pertence esta conquista.

À memória do meu pai, Adherbal, que me legou a vocação para as letras jurídicas e a compaixão pelo meu semelhante.

Ao meu irmão, Adherbal Júnior, meu melhor amigo, com quem compartilhei meus momentos de alegria e tristeza, e em quem sempre me apoiou.

Ao meu marido, Romeu, amor da minha vida, meu príncipe shakespeariano. Nem os poetas mais inspirados escreveriam uma ode de amor tão bela e feliz quanto a nossa! Você é a razão da minha vida, é uma parte de mim e nada me emociona mais do que a alegria de envelhecer com seu sorriso.

Agradeço, também, a toda minha família na pessoa do meu Tio Paulo, da minha tia Astrid e da minha sogra Dinazinha, pelo afeto que sempre me dedicaram tão importante para mim.

Por fim, agradeço aos meus queridos alunos, filhos afetivos. A todos vocês que passaram pela minha lista de chamada e pelo meu coração e que me ensinaram tanto e cada um de vocês em cujo olhar eu vejo a esperança do mundo, o meu mais profundo e sincero muito obrigada.

Que Deus me guarde nesta operosa missão! Diante Dele eu me curvo reverentemente e presto o juramento de julgar com justiça e humanidade o meu semelhante.

Muito obrigada!”

Por fim, o Exmo. Sr. Ministro-Presidente, Ten Brig Ar HENRIQUE MARINI E SOUZA encerrou a Sessão agradecendo a todos que prestigiaram a cerimônia com suas presenças.

A Sessão foi encerrada às 17h10.

Sonja Christian Wriedt

Secretária do Tribunal Pleno